

A SAGRADA MISSÃO PÚBLICA

Luiz Carlos Bresser Pereira

Artigo publicado em *Folha de S. Paulo - Mais!*, 4 de maio, 2000.

A universidade pública está em crise e precisa ser defendida. Existe uma crise de curto prazo, que se traduz na greve das universidades paulistas, para a qual se acabará por encontrar uma solução. Mas será, por definição, uma saída precária, como foi precária a criação de uma gratificação para os professores das universidades federais em 1998. É preciso encontrar as causas mais profundas dessa crise cuja origem está na relativa perda de apoio da universidade junto à opinião pública.

A universidade não está em crise porque é pública. Países civilizados só possuem universidades públicas. Universidades privadas, que derivam lucro do ensino, são inaceitáveis nos países mais avançados. A universidade pública também não está em crise porque não esteja cumprindo sua missão, que é de ensinar, pesquisar e publicar, que é de fazer avançar o conhecimento. Poderia fazer-lo melhor se tivéssemos professores mais bem pagos e mais motivados, que se sentissem estimulados a produzir. Mas, apesar das condições adversas, continuam a existir muitos grupos de excelência nas universidades públicas brasileiras.

A origem da crise está na no conceito de “público” que foi adotado pelas universidades brasileiras. Seguindo o modelo francês e alemão ao invés do americano e inglês, público aqui tornou-se, na linguagem corrente, sinônimo de estatal. Ora, em primeiro lugar, não é preciso ser estatal para ser público, para estar voltado para o interesse geral. Identificar público com estatal é um reducionismo imperdoável. Segundo, o ensino e a pesquisa, embora exijam financiamento do Estado, são incompatíveis com formas estatais e burocráticas de administração. O aumento do conhecimento é favorecido quando os pesquisadores e professores são selecionados e avaliados de forma competitiva, e quando, no seu trabalho, não são obrigados a obedecer a normas burocráticas estritas. Se ignoramos esses pressupostos, o resultado será o que temos no Brasil: de um lado, universidades e departamentos que não podem ser responsabilizados nem premiados pelo seu mau ou bom desempenho; e de outro, a rigidez, a ineficiência, o mau uso dos recursos públicos. Não bastasse isto, as

universidades são oneradas por um peso excessivo das aposentadorias precoces e integrais, sem qualquer relação com a contribuição.

Torna-se difícil para a opinião pública entender porque as universidades públicas não-estatais, como as PUCs, a FGV, a Cândido Mendes, a Metodista de Piracicaba, podem alcançar níveis satisfatórios de ensino e pesquisa a um custo para o contribuinte muito menor – o custo das taxas escolares – do que o custo incorrido nas universidades estatais. O nível de ensino e principalmente o de pesquisa ainda são em geral superiores nas melhores universidades estatais do que na média das públicas não-estatais, mas a diferença não justifica o diferencial de custo para o país.

No último dia 23, nesta *Folha*, li um editorial e um artigo de Renato Ortiz, cujos títulos eram, respectivamente, “Pela universidade pública” e “Crônica de uma morte anunciada”. Magnífico que o jornal se ponha a defender a universidade. Mas por que só a estatal? Por que não reconhecer que aquelas universidades que acabei de nomear não são privadas, como insistem em afirmar os professores das universidades estatais, como confirmam as estatísticas oficiais, como repete a imprensa, e como os próprios dirigentes e professores das entidades sem fins lucrativos equivocadamente admitem. Por que não afirmar que no Brasil há três tipos de universidade, as estatais, as privadas, e as públicas não-estatais, que são de direito privado mas não visam lucro, estando voltadas para o interesse público? O Congresso aprovou uma lei, há cerca de dois anos, que distinguiu os três tipos, e permitiu que as universidades e escolas superiores que se pretendiam sem fins lucrativos mas não o eram passassem a ter donos. Foi uma estranha autorização para apropriação privada de bens públicos, mas pelo menos deveria ter tido como contrapartida que, a partir de então, as verdadeiras universidades públicas não-estatais fossem reconhecidas. E que as universidades estatais aproveitassem a oportunidade para ganhar autonomia e se tornarem também públicas não-estatais. Por enquanto, porém, nada aconteceu, além da prosperidade das entidades privadas.

Não obstante, Renato Ortiz, a universidade pública não vai morrer. Existem, sim, os cínicos e os irresponsáveis, que falam em privatização da universidade, que pedem que a universidade se equipare às empresas, que façam consultoria ao invés de pesquisa, que prepare apenas técnicos ao invés de cidadãos com capacidade de pensar. Mas eles são minoria, e não destruirão a universidade pública.

Quem está ameaçando a universidade pública somos nós, que a defendemos, porque não estamos sabendo reformá-la. Precisamos mudar o estatuto jurídico das universidades estatais. Torná-las, como fizeram os ingleses, autônomas e públicas não-estatais. E continuar a financiá-las quase integralmente, como fazem também os ingleses, pelo Estado. Seria preferível que o ensino universitário fosse pago ao mesmo tempo que se asseguravam 30 por cento das vagas para bolsas. O ensino que deve ser gratuito e universal é o básico. Mas o pagamento ou a gratuidade não é o problema principal. É uma questão que pode ser deixada para depois.

O essencial é, gradualmente, tornar as universidades fundações autônomas, de direito privado, que contratam professores e funcionários pela legislação trabalhista, e organizam fundos de pensões para eles. Os professores poderão alcançar estabilidade depois de alguns anos, adotando-se o sistema de *tenure* americano. Mas não será uma estabilidade automática. Só os melhores alcançarão. As universidades deverão ter liberdade para contratar, estabelecer salários, planos de carreira. O Estado, por sua vez, criará uma agência executiva, como a inglesa, que receberá os recursos orçamentários, e os distribuirá às universidades em função de dois critérios: o número de estudantes e o a qualidade do ensino, e o volume e qualidade das pesquisas e publicações. A agência avaliará as universidades segundo o sistema de avaliação de pares do qual já temos 50 anos de experiência bem sucedida. Os recursos dessa agência federal, e de agências estaduais nos estados, como São Paulo, que têm universidades, se somará aos recursos específicos dados à pesquisa pelo CNPq, pela FAPESP, e às bolsas dadas aos alunos pela CAPES, etc. Desta forma teremos avaliação e competição entre as universidades. E todas terão a autonomia administrativa necessária para serem bem sucedidas e realizarem sua missão pública, que é uma missão quase sagrada.

Algumas cometerão erros: contratarão funcionários em excesso, ou aumentarão salários, que não terão como pagar. Neste caso é essencial entender o Estado não virá socorrê-las. A responsabilidade será da própria universidade, de seus reitores, de seu conselho de administração.

Claro que haverá um longo período de transição. Os atuais professores e funcionários deverão ser mantidos como estão, como servidores públicos. E continuarão a ser pagos diretamente pelo Estado, embora cedidos às novas organizações sociais especiais em que serão transformadas as universidades estatais. Suas aposentadorias deverão ser colocadas fora do custo da universidade – no custo total do serviço público – para que o custo da universidade não fique indevidamente inflado.

Esta é a reforma que a médio prazo garantirá à universidade pública o papel que deve ter no país. Propus idéias semelhantes a estas em 1995. Embora tenham contado com um imenso apoio da opinião pública, elas encontraram resistência de professores e reitores, que viam nela uma tática neoliberal para privatizar a universidade. Creio que este tipo de desconfiança, se ainda não desapareceu de todo, perdeu toda sua credibilidade. O que estou propondo é aquilo que os professores universitários brasileiros sempre reivindicaram: autonomia. Mas autonomia só pode vir com responsabilidade. Uma responsabilidade que as boas universidades não terão dificuldade em assumir.

Agora está na hora de debater com seriedade esta proposta. Emendá-la, melhorá-la. Mas não perder de vista o objetivo: defender a universidade pública, que é a única instituição capaz de produzir um bem cujo valor sempre foi imenso, mas que agora tornou-se estratégico – o conhecimento.

